



Senado aprova nova divisão dos *royalties* do petróleo

Câmara pode votar ainda hoje projeto aprovado após sete horas de discussão

Apesar das severas críticas de senadores do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, o Plenário aprovou relatório de Vital do Rêgo que muda a regra de partilha dos recursos provenientes da exploração do petróleo. **4 e 5**



Moneria Moritz/Senado Federal

Maioria dos senadores aprovou relatório de Vital do Rêgo (E): votação ignorou partidos e deixou em lados opostos estados produtores e não produtores de petróleo



Ana Volpe/Senado Federal

Ministro se diz vítima de "linchamento sem provas"

No Senado, o ministro do Esporte, Orlando Silva, afirmou que é inocente das acusações de desvio de verbas. **3**

Orlando Silva se defende, ao lado de Roberto Requião e Rodrigo Rollemberg

Comissão da Verdade é aprovada pela CCJ e segue para Plenário **2**

Relator apresenta hoje parecer inicial do Orçamento de 2012 **7**

Projeto determina divulgação da arrecadação de multa de trânsito **7**

Aprovado estímulo para contratação de idosos **8**

Adicional por trabalho perigoso é regulado **8**

Cuidados com bebê reduzem violência na fase adulta

Especialistas apontam depressão materna como causa de comportamento violento de jovens e citam como solução visitas domiciliares. **6**



José Cruz/Senado Federal

Cineasta Bernard Martino, psiquiatra Monique Bydlowski, senador Paim, deputado Terra e psicóloga Jaqueline Wendland

Senadores pedem PAC específico para fronteira

Sugestão foi feita por Delcídio do Amaral e apoiada por Ana Amélia durante debate realizado ontem. **7**



Genaldo Magalhães/Senado Federal

Carlos Travassos (Funai), Márcio Berbigier (Incra), senadora Ana Amélia e João Luiz Pinto (Ministério das Relações Exteriores): debate aponta falta de comunicação

Líder do governo pediu urgência para o projeto aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça. Órgão não vai indenizar nem punir, segundo relator

Comissão da Verdade segue para votação em Plenário

PROJETO QUE CRIA a Comissão da Verdade (PLC 88/11) foi aprovado ontem por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Deve agora seguir direto para exame do Plenário, se for aprovado requerimento de urgência anunciado pelo líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR).

No relatório favorável, Aloysio Nunes (PSDB-SP) lembrou o trabalho da Comissão de Anistia e a adoção de medidas de reparação "às pessoas atingidas por atos arbitrários cometidos antes da promulgação da Constituição federal de 1988". Ele considerou a Comissão da Verdade "um passo distinto e complementar" ao que já foi realizado no país.

– Não pode indenizar, pois isso é atribuição da Comissão de Anistia, e não pode punir, porque não é órgão jurisdicional. Mas deve construir narrativa histórica sobre as graves violações de direitos humanos – disse.

O relator manteve o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, apresentando apenas duas emendas de redação. Ele considerou desnecessário alterar artigo que trata de

documentos sigilosos, como pedem familiares de mortos e desaparecidos políticos, que defendem a abertura das informações. Para Aloysio, o texto determina a manutenção do sigilo dos documentos apenas na fase de trabalho da comissão.

O parlamentar também considerou desnecessário alterar o período sob investigação, de 1946 a 1988. Parentes das vítimas querem que seja a partir de 1964, com o início da ditadura militar. Para o relator, a comissão deverá manter o foco sobre o período do regime militar.

Articulação

Aloysio disse ainda que as referências à Lei de Anistia não apresentam risco de limitar a investigação de envolvidos. Para ele, a Comissão da Verdade atuará de forma articulada com a Comissão de Anistia.

Ana Rita (PT-ES) apresentou propostas discutidas em audiência pública dia 18. Ela sugeriu, para evitar atraso na aprovação do PLC 88/11, ajustes no trabalho da Comissão da Verdade. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) também manifestou



Pedro Taques e Romero Jucá elogiaram o relatório de Aloysio Nunes (C), que fez duas emendas de redação para o texto original

disposição de fazer mudanças no texto, mas defendeu a rápida aprovação da matéria.

Pedro Taques (PDT-MT) afirmou ser necessário que se faça justiça, com a punição dos responsáveis. Jorge Viana (PT-AC) disse que a Comissão da Verdade não deve "reabrir feridas, mas sim transformá-las em cicatrizes", para evitar a repetição dos crimes cometidos no período autoritário. Ele elogiou o relatório preparado por Aloysio Nunes e lembrou que o senador por São Paulo foi uma das vítimas da repressão, tendo sido perseguido por sua militância e obrigado a sair do país.

O relator também foi elogiado por Demóstenes Torres (DEM-GO), Marta Suplicy (PT-SP), Inácio Arruda (PCdoB-CE), Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá.



O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o ex-presidente da Guatemala Marco Arévalo, que defendeu maior proximidade com o Brasil. Sarney observou ser necessária uma maior integração entre os estados latino-americanos e os da América Central e Caribe. Arévalo, que ocupou a presidência no mesmo período em que Sarney foi presidente da República, lembrou a participação do Brasil no processo de paz na Guatemala e em outros países da região na década de 1990. De acordo com o Ministério de Relações Exteriores, o comércio entre os dois países registrou movimentação de US\$ 209,3 milhões em 2009.

Programas da TV e da Rádio Senado estão na web

As programações da TV Senado e da Rádio Senado podem ser acompanhadas também pela internet – tanto pelo computador quanto por meio de dispositivos móveis (smartphones).

Pelo endereço www.senado.gov.br/TV, a TV Senado transmite oito canais. Há mais um operado em parceria com o portal Terra. A programação depende das atividades da Casa, podendo cada canal transmitir o que ocorre em uma comissão ou no Plenário.

Já a Rádio Senado pode ser acompanhada pelo endereço www.senado.gov.br/radio. No canto superior direito da página, há links para as programações em FM e em ondas curtas.

A Rádio Senado tem também o serviço de Rádio Agência, com oferta de notícias, entrevistas, programas e pronunciamentos dos senadores que podem ser usados por emissoras conveniadas. A TV Senado deve lançar um serviço similar em breve para as emissoras regionais.

Aplicativos para o iPhone já permitem assistir à TV Senado. Dois exemplos são o Televisão ao Vivo e o Tivizen, que requer dispositivo que funciona como antena. É possível, ainda, acompanhar a TV pelo 1SEG (ou One Seg), tecnologia de transmissão digital para aparelhos portáteis.

Mais informações sobre como sintonizar a TV Senado e a Rádio Senado podem ser obtidas nos endereços <http://bit.ly/sintonizartv> e <http://bit.ly/sintonizarradio>.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Cooperação com Angola

14h Entre as matérias da pauta, projeto de decreto legislativo que trata de acordo de cooperação com Angola na área de turismo.

Presidência Reunião da Mesa

10h O presidente José Sarney participa de reunião da Mesa; às 11h, recebe o ministro Galba Velloso; e, às 16h, preside a ordem do dia da sessão plenária do Senado.

CRA/CCT/CMA Novo Código Florestal

8h30 As comissões de Agricultura e Reforma Agrária; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle; e de Ciência, Tecnologia, Inovação Comunicação e Informática realizam audiência sobre a reforma do Código Florestal. Foram convidados representantes das assembleias legislativas estaduais.

CI Manual de automóvel

9h Entre os nove itens na pauta da Comissão de Serviços de Infraestrutura, está projeto que obriga o manual de manutenção de veículos a conter denominação, marca e código de referência das principais peças do automóvel. Examina ainda indicações de Marcelo Bechara Hobaika e Rodrigo Zerbone Loureiro para a Anatel.

CDH/CE Audiência sobre educação especial

9h Educação especial é o tema de audiência pública das comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa e de Educação, Cultura e Esporte. O presidente da Subcomissão de Educação da OAB/DF, Charles Roberto de Lima Júnior, é um dos convidados.

Segurança Instalação de subcomissão

9h30 Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e vice-presidente da Subcomissão Permanente de Segurança Pública, que integra a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

CRE Legalização de carros roubados

10h A Comissão de Relações Exteriores vota indicação de embaixadores para Suriname, Azerbaijão e Cabo Verde. Depois, promove audiência pública para debater a legalização, pelo governo boliviano, de carros roubados no Brasil.

CPI do Ecad União Brasileira de Compositores

9h A Comissão Parlamentar de Inquérito do Ecad, que investiga irregularidades na distribuição dos recursos do direito autoral, se reúne para ouvir, entre outros, o superintendente da União Brasileira de Compositores, José Perdomo.

CAS Cuidador de idosos

11h O exercício da profissão de cuidador de idoso é tema de audiência pública da Comissão de Assuntos Sociais. Para o debate, foi convidada a secretária de Trabalho e Assistência Social de Mato Grosso do Sul, Tânia Garib.

SESSÕES ON-LINE: Confira a íntegra das sessões no Plenário e nas comissões

Plenário: www.senado.gov.br/atividade/plenario/sessao

Comissões: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/sessao

TV Senado

A TV Senado transmite às 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Aos senadores, ministro do Esporte afirmou que é inocente e que não existem provas de que ele tenha participado de desvio de dinheiro público

“Querem tirar um ministro no grito”, diz Orlando

O MINISTRO DO Esporte, Orlando Silva, disse ontem no Senado que é inocente das acusações de ter participado de um suposto esquema de desvio de dinheiro em seu ministério.

Ele classificou de “acusação vil e mentirosa” a reportagem da revista *Veja* publicada no fim de semana passado, com denúncias feitas pelo policial militar João Dias Ferreira.

Orlando Silva disse que a revista o expôs a um “linchamento público sem provas”.

– Querem tirar um ministro de Estado do governo no grito. Acha que só acusações sem provas são suficientes, querem um processo sumário. Não houve, não há e não haverá nenhuma prova que sustente esse ataque grosseiro que recebi – afirmou.

O ministro do Esporte falou aos senadores em audiência pública realizada pelas comissões de Meio Ambiente, Defesa



O ministro Orlando Silva defende-se das acusações, ao lado dos senadores Roberto Requião e Rodrigo Rollemberg

do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Educação, Cultura e Esporte (CE).

João Dias Ferreira, policial militar e ex-militante do PCdoB,

dirige duas organizações não governamentais (ONGs) que participaram do programa Segundo Tempo, do Ministério do Esporte. Por meio desse

programa, ONGs recebem verbas do ministério para oferecer atividades esportivas a crianças e adolescentes pobres fora do horário escolar.

De acordo com a denúncia de Ferreira publicada pela revista *Veja*, as ONGs que conseguiam convênios com o ministério precisavam pagar propina.

O ex-policial disse que, em uma ocasião, Orlando Silva recebeu o dinheiro do esquema, dentro do próprio ministério.

Anteontem, Ferreira se reuniu com parlamentares da oposição e garantiu que tem provas contra o ministro.

Aos senadores, Orlando Silva disse que seu acusador é um “delinquente” e afirmou que foi João Dias Ferreira, por meio de suas ONGs, que desviou recursos do ministério. O ministro disse que vai processá-lo civil e penalmente.

Orlando Silva afirmou ainda que seu acusador já vinha fazendo ameaças, justamente por ter sido desligado do programa Segundo Tempo em razão das irregularidades descobertas pelo ministério.

Ministro anuncia que programa fraudado deixará de ter ONGs

Alvaro Dias (PSDB-PR) foi um dos senadores mais incisivos, ontem, no interrogatório ao ministro do Esporte, Orlando Silva. O senador afirmou que várias organizações não governamentais (ONGs) ligadas ao PCdoB – o partido do ministro – são suspeitas de integrar o esquema de desvio de verbas do ministério.

O senador citou como exemplo ONGs do Rio de Janeiro, de Santa Catarina e de Brasília. De acordo com ele, reportagens mostraram suspeitas de irregularidades em documentos intitulados “atestados de capacidade técnica”, necessários para que uma ONG assine convênio com o ministério.

Em resposta, Orlando Silva afirmou que, quando uma irregularidade é constatada em convênios do Ministério do Esporte, exige-se a devolução do dinheiro.

O ministro disse que pediu ao

Ministério Público Federal e à Polícia Federal que investiguem os “supostos fatos” dos quais é acusado para que, então, ele tenha oportunidade de defender-se e provar sua inocência.

Disse ainda que vai prestar esclarecimentos à Comissão de Ética Pública da Presidência da República.

O ministro também afirmou que 90% dos convênios assinados pelo Ministério do Esporte como parte do programa Segundo Tempo são com entes públicos, ficando apenas uma pequena parcela com entidades privadas, como as ONGs.

Diante das denúncias de irregularidades, ele anunciou que os convênios do Segundo Tempo passarão a ser 100% com entes públicos e que a fiscalização dessas parcerias será aperfeiçoada.

Orlando Silva disse ainda que não vai processar a revista *Veja*, em respeito à liberdade de imprensa.

Para senadoras, acusações de ex-PM escondem outros interesses

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) chamou a atenção para o fato de que o ex-PM João Dias Ferreira tenha faltado anteontem ao depoimento agendado na Polícia Federal, alegando motivos de saúde, mas no mesmo dia tenha sido recebido por parlamentares da oposição.

Ela disse existirem interesses escondidos atrás das acusações que ele fez contra o ministro do Esporte, Orlando Silva. Esses interesses, segundo a senadora, têm relação com o aumento do orçamento do Ministério do Esporte por causa da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Já a senadora Ana Amélia (PP-RS) disse que o ministério é culpado por não analisar adequadamente as entidades com as quais firma convênios. Ela também levantou a hipótese de interesses ligados à Copa de 2014 estarem sendo afetados pelo Ministério do Esporte,

incluído os de outros partidos da base governista, da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) e da própria Fifa.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) classificou de “insana e leviana a acusação contra Orlando Silva. Ele reclamou dos ataques sofridos pelo PCdoB pela imprensa e lembrou que o partido tem 90 anos e não teme essa “batalha política e ideológica”.

Para o senador Mário Couto (PSDB-PA), o ministro e o PCdoB deveriam apoiar a criação de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar as denúncias.

Lídice da Mata (PSB-BA), Zeze Perrella (PDT-MG) e Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmaram confiar na inocência do ministro.

Pedro Taques (PDT-MT) classificou de graves as acusações contra Orlando Silva.

– O estado não pode ser aparelhado por partidos políticos – acrescentou Taques.

ANA AMÉLIA: “DILMA TERÁ POSTURA RÍGIDA”

Ana Amélia (PP-RS), em pronunciamento, disse estar confiante na “postura rígida” da presidente Dilma Rousseff. Segundo a senadora, Dilma saberá tomar as medidas necessárias de “combate ao erro” nas denúncias contra o ministro do Esporte, Orlando Silva. Ana Amélia também se disse preocupada com a “insegurança jurídica” que pode ser gerada em torno da Copa de 2014 dadas as “exageradas imposições da Fifa” para a realização do evento. Segundo ela, o Regime Diferenciado de Contratações (RDC) e a Lei Geral da Copa chocam-se com a legislação brasileira.

GRAZZIOTIN AFIRMA QUE NÃO EXISTEM PROVAS

Em pronunciamento, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu o ministro do Esporte, Orlando Silva, também do PCdoB, que é alvo de denúncias de desvio de verbas públicas. A senadora afirmou que, além de não apresentar provas, o autor das denúncias tinha um convênio com o Ministério do Esporte e foi alvo de tomada de contas especial a pedido do próprio ministro.

– Ele [acusador] terá, possivelmente, que devolver aos cofres da União uma quantia de aproximadamente R\$ 4 milhões.

Em aparte, Marcelo Crivella (PRB-RJ) elogiou Orlando Silva e disse que as acusações partem de uma “imprensa denunciasta”.

O senador Alvaro Dias diz que ONGs ligadas ao PCdoB, partido do ministro, estão sob suspeita



O senador Inácio Arruda afirma que a imprensa está perseguindo o ministro do Esporte e o PCdoB



Comissão de Justiça quer ouvir Jobim e Eliana Calmon sobre competência do CNJ

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou requerimento de Demóstenes Torres (DEM-GO) convidando o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) Nelson Jobim e a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Eliana Calmon para discutir a proposta de emenda à Constituição (PEC 97/11) que explicita as atribuições do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

No final de setembro, Eliana Calmon fez críticas à magistratura e defendeu maior poder para o CNJ em processos administrativos contra juizes. A PEC, de Demóstenes, esclarece que o CNJ tem competência concorrente e não subsidiária, ou seja, pode receber e julgar reclamações contra membros do Judiciário, sem precisar esperar pela manifestação dos tribunais.

Subcomissão destinada a discutir segurança pública será instalada hoje

Será instalada hoje, às 9h30, a Subcomissão de Segurança Pública, ligada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Farão parte do colegiado os senadores Pedro Taques (PDT-MT); Lindbergh Farias (PT-RJ); Eduardo Braga (PMDB-AM); Aloysio Nunes (PSDB-SP); Randolfe Rodrigues (PSOL-AP); e Demóstenes Torres (DEM-GO). – A subcomissão trabalhará em

conjunto com a comissão de juristas criada para elaborar o anteprojeto de reforma do Código Penal – explicou Eunício Oliveira (PMDB-CE), presidente da CCJ. A comissão de juristas foi instalada terça-feira, com a finalidade de atualizar o Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40). Eunício adiantou que a subcomissão será presidida pelo senador Pedro Taques.

João Ribeiro manifesta apoio ao texto do relator



João Ribeiro (PR-TO) manifestou apoio ao substitutivo do senador Vital do Rêgo. O senador avaliou como justa a proposta, por manter os contratos de partilha como base de cálculo para definir o montante de royalties a ser distribuído. Destacando que a participação de todos os estados e municípios nos resultados da exploração de petróleo está prevista na Constituição, João Ribeiro considerou o acesso dos entes federativos não produtores aos royalties condição fundamental para o desenvolvimento, especialmente dos mais pobres, que têm geralmente no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) sua principal receita.

Para Sérgio Souza, produtores não perderão recursos



O senador Sérgio Souza (PMDB-PR) disse que, com o substitutivo de Vital do Rêgo, ninguém sairá perdendo. Para ele, mesmo com a redução das alíquotas dos estados produtores, o aumento na arrecadação vai assegurar a manutenção dos recursos atualmente partilhados. — Hoje os estados confrontantes recebem R\$ 12 bilhões. Esse valor será mantido para 2012 e chegará a R\$ 25 bilhões em 2020. Ou seja, não haverá perda para os estados confrontantes, de forma alguma — afirmou. Souza afirmou também que, de acordo com a Constituição, os recursos naturais da plataforma continental são bens da União.

Delcídio alerta para o risco de não haver acordo



Delcídio do Amaral (PT-MS) afirmou que seria uma “absoluta inconseqüência” do Congresso Nacional se os parlamentares não chegassem a um acordo sobre os royalties. O senador classificou como demagógica a posição de certos parlamentares sobre a distribuição dos recursos e afirmou que algumas propostas não terão consequências concretas. — Não podemos enganar a população e criar expectativas que vão se inviabilizar ao longo do tempo. As pessoas querem que saia do projeto uma proposta exequível. Para Delcídio, o momento não deve ser de disputa entre as regiões, mas de construir um novo pacto federativo.

Senado aprova a nova distribuição dos royalties

Proposta deve ser votada hoje na Câmara dos Deputados, em cumprimento a acordo de líderes. Ontem discussão entre senadores de estados produtores e não produtores durou mais de sete horas

DEPOIS DE MAIS de sete horas de intensos debates entre representantes de estados produtores e não produtores de petróleo, os senadores aprovaram ontem à noite o substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) ao PLS 448/11, que trata da divisão dos royalties e da participação especial aos entes da Federação. A proposição segue agora para a Câmara dos Deputados, que deve votá-la hoje, conforme previsão de acordo de líderes do Congresso.

A matéria foi aprovada com duas importantes mudanças realizadas pelo relator pouco antes da votação. Vital do Rêgo retirou a proposta de redefinição das chamadas linhas geodésicas, responsáveis por definir as áreas de exploração de óleo no mar, o que alteraria a geografia das bacias petrolíferas. Ele também retirou do texto a possibilidade de a União formar joint ventures com as petroleiras. Vital alegou que muitos não entenderam a proposta e por isso ele julgou melhor discutir a iniciativa depois.

Pelo texto aprovado, a fatia da União nos royalties em regime de concessão será reduzida de 30% para 20%, já em 2012. A dos estados produtores cai de 26,25% para 20%. Os municípios produtores são os que sofrem maior redução: de 26,25% para 17% em 2012, chegando a 4% em 2020. Os municípios afetados pela exploração de petróleo também sofrem cortes: de 8,75% para 2%. Estados e municípios não produtores saltam de 8,75% para 40%.

Na redistribuição da participação especial, os 50% da União passam a ser 42% em 2012. A partir daí, com a expectativa de aumento das receitas, a União volta a ter sua alíquota ampliada ano a ano, até chegar aos 46% propostos inicialmente pelo governo.

Para o regime de partilha, exclusivo do pré-sal, o projeto adota a seguinte divisão de recursos para 2012: União (20%), estados produtores (22%), municípios produtores (5%), municípios afetados (2%), fundo especial para estados e municípios não produtores (51%).

Comissão de notáveis

Após a votação, o presidente do Senado, José Sarney, informou que pretende formar em breve uma “comissão de notáveis” para estudar o problema da federação brasileira a fim de impedir que situação como a votação de ontem, com graves divergências entre estados, não se repita. — Não podemos ferir direitos adquiridos, mas devemos respeitar estados que desejam participar das riquezas nacionais — explicou Sarney.

O projeto aprovado ontem prevê também que parte da verba obtida pela exploração do petróleo e destinada a estados e municípios tenha destinação específica, beneficiando os setores da educação, saúde, desenvolvimento e infraestrutura. Também impede que a União venda parcela do óleo a quem tem direito no regime de partilha por um preço abaixo do praticado no mercado.



Senadores de estados não produtores ficaram satisfeitos com o resultado da votação: na nova distribuição dos royalties, participação dessas unidades da Federação e de municípios também não produtores passa de 8,75% para 40%

Concentração não é justa, avalia Humberto Costa



Humberto Costa (PT-PE) disse que a redistribuição dos royalties é parte da construção de “um novo Brasil com menos desigualdade”. — Não é justo que continuemos a ter a elevada concentração de apropriação de recursos decorrentes da produção e comercialização de petróleo para pouquíssimos estados e pouquíssimos municípios.

Para o senador, o “compromisso de igualdade” do ex-presidente Lula levou a mudanças significativas que precisam ser continuadas.

— Foi objetivo do governo Lula e é objetivo do governo Dilma reduzir essas desigualdades — disse, ressaltando que as riquezas do país devem ser usufruídas por todos

Tema foi bastante debatido, acredita José Pimentel



Dirigindo-se “aos que avocam tanto a necessidade de mais debate” sobre o tema, José Pimentel disse também que o projeto tem sido objeto de “infindáveis discussões” nos últimos três anos.

Apenas em 2011, afirmou, já houve três datas marcadas para apreciação do veto presidencial à Emenda Ibsen.

O senador elogiou o trabalho do relator da matéria, Vital do Rêgo, e criticou o projeto apresentado pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ).

Segundo Pinheiro, foco do projeto é distribuir riqueza



Walter Pinheiro (PT-BA) disse que o foco do PLS 448/11 é permitir a distribuição de riqueza.

Outro ponto ressaltado pelo senador é a necessidade de incentivar a área de ciência e tecnologia. Ele lembrou que foi o investimento feito no setor que possibilitou chegar ao pré-sal.

Pinheiro afirmou também que é preciso tomar todas as medidas para evitar contestações judiciais futuras. Para ele, a maior polêmica do texto é a relacionada às bacias geográficas. O parlamentar gostaria de debater mais o assunto com o relator, Vital do Rêgo, para ajustar o parecer e evitar confusão entre os estados.

Suplicy quer recursos para o Renda Básica



Eduardo Suplicy (PT-SP) fez um apelo, durante a discussão sobre os royalties, para que os senadores chegassem à harmonia em Plenário. Defendeu, porém, a destinação de “parte significativa” dos recursos e participações especiais ao Programa Renda Básica de Cidadania. O mecanismo prevê um valor monetário mínimo a cada cidadão, independentemente de sua renda.

Suplicy transmitiu ainda apelo da presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader, para que, na distribuição dos royalties, seja contemplada parcela para a educação, ciência, tecnologia e inovação.

Cristovam espera que não se “queime” dinheiro do petróleo



Cristovam Buarque (PDT-DF) voltou a defender o investimento dos recursos do pré-sal em ações que promovam o desenvolvimento do país a longo prazo, e não em despesas correntes. Cristovam e Aloysio Nunes (PSDB-SP) são autores do PLS 594/11, que prevê a aplicação dos recursos do pré-sal em educação e tecnologia. Para o senador, será um crime deixar que os royalties sejam aplicados em qualquer ação.

— Como vamos ficar daqui a algumas décadas se um senador analisar as atas destas discussões? Como vamos ficar quando o petróleo já não existir? As gerações futuras vão dizer: queimaram toda a fortuna que pertencia à nação.

Vital do Rêgo rebate críticas e diz que perdoo

Apesar de estarem inscritos para questionar Vital do Rêgo sobre seu relatório, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Lindbergh Farias (PT-RJ), Marcelo Crivella (PRB-RJ) e Mário Couto (PSDB-PA) não fizeram perguntas. Os representantes do Rio de Janeiro e do Espírito Santo preferiram reiterar críticas e apelos por mudanças no substitutivo. Mário Couto apenas elogiou o relator. Vital do Rêgo disse a Crivella que recebia as críticas “com um gesto de compreensão e de perdão”. Observou que, mesmo sendo “injustamente” criticado por 15 milhões de cariocas, falava em nome de 150 milhões de brasileiros.

O relator garantiu que a previsão constitucional de que os recursos são “assegurados” aos estados produtores não é desrespeitada por seu texto, alegando que a Constituição não proíbe a destinação aos estados não produtores.

Em relação aos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM), Vital do Rêgo lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu que são inconstitucionais somente a partir de 1º de janeiro de 2013.

— Vai caber a nós estabelecer um novo critério para FPE e FPM. Hoje os critérios são absolutamente constitucionais — disse.

O relator comentou com ironia o fato de Lindbergh ter nascido na Paraíba, mas ter feito carreira no Rio.

— Que senador você daria para o estado em que nasceu? Os seus laços com o Rio de Janeiro são eleitorais. Você é tão intempestivo, que termina uma eleição e você já é candidato em outra — observou Vital.



Ferraço, Crivella, Dornelles e Lindbergh criticaram o relatório de Vital do Rêgo

Senadores do Rio e do Espírito Santo defenderam outro projeto

Os senadores dos estados produtores pediram preferência de votação para o PLS 625/11, o qual, segundo Francisco Dornelles (PP-RJ), distribuiria de forma mais justa os recursos sem prejudicar Rio de Janeiro e Espírito Santo. Mas esse requerimento foi rejeitado por 45 votos a 20. Numa última tentativa, ainda sugeriram que estados e municípios produtores tivessem preservadas suas receitas para 2012, mas não houve consenso.

— O que fizeram Estados Unidos, Reino Unido, Noruega e outros países quando viram aumentar a lucratividade das

petroleiras? Aumentaram gradativamente a tributação. Esta é a diferença das duas propostas: uma promove equilíbrio entre estados; a outra desorganiza a federação — alegou Ferraço.

Lindbergh lembrou que os royalties surgiram em 1988 porque o ICMS do petróleo não incide no estado de origem. Para ele, os números do relatório não correspondem à realidade.

— O Plano de Negócios da Petrobras prevê uma receita de R\$ 59 bilhões para 2020. Ontem Vital do Rêgo apresentou R\$ 79 bilhões. De onde ele tirou isso? — questionou Lindbergh.

Ferraço apela para ideia de piso igual à receita de 2011

Nos últimos instantes antes da votação, Ricardo Ferraço apelou pela aprovação de emenda de sua autoria garantindo aos estados produtores receita mínima de royalties igual à de 2011.

O parlamentar pediu também o acatamento de outra emenda que atribui ao governo federal a responsabilidade de compensar os estados produtores pelas perdas que vierem a ter. Ele alertou para a possibilidade de o Espírito Santo e o Rio de Janeiro entrarem com ação junto ao Supremo Tribunal Federal (STF).

— Ainda há oportunidade de fazer política com P maiúsculo. Você é tão intempestivo, que termina uma eleição e você já é candidato em outra — observou Vital.

Malta prevê que Supremo derrubará nova partilha



O senador Magno Malta (PR-ES) questionou a validade jurídica da divisão dos royalties do petróleo conforme previsto no substitutivo do senador Vital do Rêgo. Ele afirmou que “é zero” a possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) considerar válida a divisão.

Malta disse que outros estados poderão também ser chamados a dividir suas riquezas.

— Não é para dividir tudo? Então vamos dividir tudo com todo mundo. E quando formos discutir os royalties dos minérios? Todos os estados também poderão querer uma zona franca?

Pacto federativo é “capenga”, afirma Mozarildo



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) disse que a discussão sobre os royalties é oportunidade para constatar como o pacto federativo brasileiro “é capenga”. Para o senador, o artigo da Constituição que determina a eliminação das desigualdades regionais não é cumprido e a discussão sobre o pacto federativo remete também à reavaliação dos critérios de repartição do Fundo de Participação dos Estados (FPE), determinada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao Congresso Nacional. Ao defender o substitutivo do relator, afirmou que a única forma de eliminar as desigualdades regionais é privilegiar com investimentos e recursos os estados mais pobres.

Valadares propõe mais recursos para a educação



Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) propôs que sejam destinados para a educação no mínimo 50% do fundo especial criado com recursos da exploração do petróleo do pré-sal. Com esse objetivo, ele apresentou emenda ao substitutivo do senador Vital do Rêgo.

O substitutivo previa que os recursos distribuídos pelo fundo a estados e municípios teriam no mínimo 40% das despesas vinculadas à educação. Para que o percentual fosse alterado para 50%, o senador propôs a redução, de 30% para 20%, do percentual a ser aplicado em infraestrutura. Valadares disse ser a favor da manutenção dos contratos já firmados.

Petróleo é de todos os brasileiros, diz Jayme Campos



Jayme Campos (DEM-MT) defendeu o substitutivo do relator, Vital do Rêgo, sobre a distribuição dos royalties do petróleo, por considerar que essa riqueza mineral pertence a todos os brasileiros, sem distinção.

O senador afirmou que o texto corrige uma distorção e um desequilíbrio na partilha dos royalties. Pelo projeto, disse, o estado do Mato Grosso passaria a receber R\$ 168 milhões, e não mais os R\$ 15 milhões atuais. Em sua avaliação, o substitutivo é uma alternativa viável e, sobretudo, imediata, ao montar uma “engenharia legal, factível e para já”. Para ele, a União concentra muitos recursos da exploração do petróleo.

Aloysio Nunes propõe aplicação de dinheiro na educação pública



O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) voltou a defender que parte dos recursos dos royalties do petróleo seja usada em ações de educação e inovação tecnológica, conforme prevê o projeto de lei (PLS 594/11) de autoria dele e de Cristovam Buarque (PDT-DF).

— É uma forma de tornar perene algo que acaba — disse o senador, referindo-se ao fato de as reservas de petróleo serem finitas. Aloysio Nunes disse que a discussão das riquezas nacionais não é pauta somente dos estados, mas também da União e do Senado. O senador pediu a seus colegas que deixem de lado a discussão imediata e pensem no futuro.

Anibal é a favor de entendimento e apoia substitutivo



Anibal Diniz (PT-AC) defendeu um entendimento em que todos saíssem ganhando em relação ao substitutivo do senador Vital do Rêgo para o PLS 448/11. Ele mencionou a afirmação do relator segundo a qual os estados produtores não serão prejudicados com os critérios de distribuição dos royalties.

O senador elogiou proposta do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) para criação de um fundo para investimento dos recursos dos royalties. Também comparou a defesa da manutenção da forma como os royalties são distribuídos atualmente com a defesa feita pelos escravocratas em favor da manutenção da escravidão.

Wellington Dias elogia trabalho do relator



Wellington Dias (PT-PI), autor do PLS 448/11, que serviu de base para o substitutivo do senador Vital do Rêgo, elogiou o trabalho do colega. Ele destacou o “conceito novo”, aplicado pelo relator, que obriga prefeitos e governadores a todo ano encaminhar para apreciação do Poder Legislativo o montante gasto nas áreas vinculadas, como saúde e educação. Wellington Dias afirmou que, em 2010, o país produziu 2 milhões de barris de petróleo por dia. A previsão é que no próximo ano chegue a 2,4 milhões de barris diários.

Crivella: estados produtores não vão se conformar

Antes da votação, Marcelo Crivella (PRB-RJ) afirmou que, caso o substitutivo de Vital do Rêgo fosse aprovado, a população dos estados produtores não iria se conformar. — Isso não vai ficar assim. O Rio vai às ruas, vai ocupar a Petrobras, vai ocupar as refinarias, mas vai lutar por seus direitos até o último momento.

Para o senador, o texto aprovado ontem é ainda pior que a Emenda Ibsen, vetada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. — Fizeram um projeto pior ainda, mais injusto, um projeto que tira dos estados coisas que eles não podem dar — concluiu.

Lindbergh Farias lamenta “marcha da insensatez”

Lindbergh Farias (PT-RJ) lamentou a “marcha da insensatez” no Senado. Ele afirmou que a questão dos royalties se insere em outro debate que a Casa deveria promover sobre o pacto federativo.

O senador sugeriu, antes da votação, que a presidente Dilma liderasse um processo de discussão em torno do Fundo de Participação dos Estados (FPE), royalties e dívidas dos estados.

Segundo ele, a Federação apresenta distorções que fazem a União concentrar cada vez mais recursos. A situação se agravará, em sua avaliação. Lindbergh disse que o Rio de Janeiro está sendo “constrangido e atacado”, apesar de suas dificuldades financeiras e de receber uma das menores parcelas do FPE.

Participantes de audiência conjunta da CE, CAS e CDH sobre depressão materna e comportamento violento de futuros adultos apontam necessidade de equipes de saúde que acompanhem gestantes, mães e bebês em visitas domiciliares

Saúde mental do adulto é ligada ao afeto e cuidados recebidos desde bebê

A RELAÇÃO DE afeto e cuidados estabelecida entre mãe e filho desde a gravidez é fundamental para o equilíbrio psicossocial do indivíduo, podendo livrá-lo de desenvolver comportamento violento no futuro. A importância dessa intervenção precoce para a estabilidade mental e emocional das grávidas e de seus bebês foi enfatizada em audiência pública conjunta das comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE), de Assuntos Sociais (CAS) e de Direitos Humanos (CDH).

A depressão materna foi apontada pela psicóloga brasileira Jaqueline Wendland e pela psiquiatra francesa Monique

Bydlowski, ambas radicadas na França, como uma das principais ameaças ao equilíbrio desse vínculo. Segundo Wendland, o mal atinge até 20% das mulheres durante a gravidez e até 15% delas após o parto. A psicóloga alerta que a incapacidade da mãe em atender às necessidades do bebê e lhe dar carinho acaba por interferir em seu desenvolvimento.

Monique Bydlowski realçou que, se a depressão da mãe pode surgir ou se agravar por carências afetivas ou financeiras, o bebê pode reagir a esse distanciamento apresentando distúrbios emocionais e cognitivos, como dificuldades futuras

de adaptação escolar.

Uma das medidas sugeridas durante o debate para prevenir a depressão materna e suas consequências foi a formação de equipes de cuidadores para acompanhar mães e bebês em visitas domiciliares. Essa recomendação recebeu o apoio do presidente da Frente Parlamentar da Primeira Infância da Câmara, deputado Osmar Terra (PMDB-RS).

– O programa mais importante na área social hoje deve ser o de cuidadores da primeira infância, de crianças de zero a seis anos – sustentou o deputado, citando como política pública de sucesso na área o Programa

Primeira Infância Melhor, que atende a 100 mil crianças no Rio Grande do Sul em visitas domiciliares semanais.

Os senadores Paulo Paim (PT-RS), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Lídice da Mata (PSB-BA) se disseram prontos a viabilizar propostas legislativas e de políticas públicas que priorizem a assistência à primeira infância, fase em que o ser humano adquire as competências básicas para se desenvolver pelo resto da vida.

Adversidades

O cineasta argelino Bernard Martino, diretor do filme *Emmi Pikler, uma Pediatra à Frente de sua época, e o Instituto Pikler de Budapeste – um lugar de destaque na humanidade*, que será exibido hoje, às 9h, dentro da programação da 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância e Cultura da Paz, classificou o Instituto Pikler como uma fábrica de resiliência (capacidade de superação em meio a situações adversas). Martino creditou esse mérito ao trabalho da médica Emmi Pikler, que combateu uma era de violência acolhendo com cuidado e carinho crianças desassistidas.

Miguel Nicolelis irá a evento no Dia da Ciência

O médico brasileiro Miguel Nicolelis, um dos mais renomados neurocientistas do mundo, vai participar de audiência pública para celebrar o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, comemorado em 10 de novembro. O evento, cuja data ainda será definida, foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia e é uma iniciativa em conjunto com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco).

A audiência deve contar também com o embaixador da Unesco no Brasil, Vicente Defourny, e a presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Nilene Badeca da Costa.

O evento resultou de sugestão de Eduardo Braga (PMDB-AM), que preside a CCT; Gim Argello (PTB-DF), vice da comissão; além de Delcídio do Amaral (PT-MS) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

Na reunião, os senadores aprovaram ainda 24 projetos de decreto legislativo referentes a processos de renovação ou outorga inicial de concessões públicas para exploração de canais de televisão e emisoras de rádio, que seguem a sanção.



Para Monique Bydlowski, Paulo Paim, Osmar Terra e Jaqueline Wendland, é preciso atenção especial à primeira infância

Suplicy defende camelôs em missa de padre Marcelo



Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu ao prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, que as 120 famílias de vendedores que têm permissão para trabalhar nas barracas próximas ao Santuário do Terço Bizantino, onde o padre Marcelo Rossi realiza suas missas, possam permanecer exercendo suas atividades em área adjacente à nova sede do santuário.

O senador mencionou o papa Bento 16, segundo o qual “o maior problema da Humanidade, hoje, é a ausência de fraternidade”.

Relatório do Código Florestal será lido terça-feira

Luiz Henrique (PMDB-SC), relator do projeto de reforma do Código Florestal (PLC 30/11) nas comissões de Ciência e Tecnologia (CCT) e de Agricultura (CRA), vai apresentar seu relatório nesta terça-feira, dia 25, em reunião conjunta das duas comissões. Ele prevê que o texto será votado também conjuntamente, no próximo dia 8, seguindo para a Comissão de

Meio Ambiente (CMA) antes de ir ao Plenário.

– Com isso, poderemos votar em Plenário antes do fim do mês, dando um prazo razoável para que a Câmara possa se pronunciar sobre as modificações – afirmou.

Luiz Henrique não quis adiantar detalhes sobre seu relatório, mas afirmou que leva em conta emendas e entendimentos com

o setor rural, com o governo e com deputados. Ele ressaltou que seu voto está sendo preparado em conjunto com Jorge Viana (PT-AC), relator do projeto na CMA.

– Os entendimentos estão resultando numa grande convergência em relação a esse tema tão importante, e acredito que poderemos ter o consenso máximo em relação a essa matéria – disse Luiz Henrique.

Para a inclusão, no relatório, de mecanismos econômicos e financeiros de incentivo à recuperação e preservação de áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal, o senador informou que aguarda entendimentos com o governo federal. Conforme explicou, o aval do Executivo é necessário, uma vez que a medida depende de aportes orçamentários.



Luiz Henrique é relator da reforma do Código Florestal em duas comissões

Pinheiro: estados têm direito às riquezas do país

Walter Pinheiro (PT-BA) manifestou preocupação com a distribuição das riquezas nacionais e disse que a discussão dos royalties do petróleo pode servir de experiência para os debates do setor mineral. Segundo o senador, a riqueza deve ser distribuída para todos os estados.

Pinheiro também comemorou o sucesso do Bolsa Família. De acordo com o jornal *Valor Econômico*, mais de 5,8 milhões de famílias deixaram o programa, desde sua criação, porque tiveram crescimento de renda.



Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney
1º vice-presidente: Marta Suplicy
2º vice-presidente: Wilson Santiago
1º secretário: Cícero Lucena
2º secretário: João Ribeiro
3º secretário: João Vicente Claudino
4º secretário: Ciro Nogueira
Suplentes de secretário:
Gilvam Borges*, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Graziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Presidência da Sessão

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Marta Suplicy • José Sarney • Geovani Borges

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem:
Teresa Cardoso e Milena Galdino
Edição: Moisés Oliveira, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Joseana Paganine, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin, Silvio Burle e Suely Bastos
Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer
Reportagem: Cíntia Sasse
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal – E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 – Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar – Brasília, DF
Cep: 70.165 – 920

A informação é do relator-geral, deputado Arlindo Chinaglia. Ontem, a CMO aprovou o relatório de receitas para 2012, que ampliou em R\$ 26 bilhões a previsão do governo

Parecer inicial do Orçamento deve ser apresentado hoje

RELATOR-GERAL DO ORÇAMENTO de 2012, o deputado federal Arlindo Chinaglia (PT-SP) informou que deve apresentar hoje seu parecer preliminar sobre o tema. Ele lembrou que, após entregar o texto, os parlamentares terão três dias úteis para apresentar emendas – ou seja, até a próxima terça-feira, se os prazos forem confirmados. Nesse caso, seu parecer sobre as emendas será entregue na quarta-feira, sendo votado no dia seguinte.

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO) aprovou ontem o relatório de receitas apresentado pelo senador Acir Gurgacz

(PDT-RO). O texto prevê uma receita líquida de R\$ 937,8 bilhões, R\$ 26,1 bilhões a mais que a previsão inicial do governo.

Apesar do acréscimo, Chinaglia afirmou que a nova estimativa não é suficiente para atender a todas as reivindicações – que somariam mais de R\$ 30 bilhões. Como exemplo, ele citou as compensações relativas à Lei Kandir, para as quais deve-se solicitar mais de R\$ 5 bilhões; e as demandas de pessoal nos três poderes, que significam mais de R\$ 10 bilhões.

O deputado mencionou também reivindicações para as áreas de saúde e agricultura, que, de

acordo com ele, devem superar R\$ 1 bilhão cada.

O relatório de receitas aprovado ontem prevê que o crescimento do produto interno bruto (PIB) em 2012 será de 4,5%, menor que os 5% estimados pelo governo. O texto projeta 6,02% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), contra os 4,8% do Executivo. A diferença contrasta com a previsão feita pelo presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, durante audiência no Senado, no mês passado. Ele declarou que a inflação vai convergir para o centro da meta (4,5%) em 2012.



Lio de Paula/Senado Federal

José Pimentel ouviu Eunício Oliveira defender sua proposta, que foi aprovada

Arrecadação de multas terá que ser divulgada, segundo projeto

Os órgãos responsáveis pela cobrança de multas de trânsito poderão ser obrigados a divulgar anualmente o valor da arrecadação e a destinação dos recursos. A medida consta de projeto (PLS 486/11) aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça, em caráter terminativo.

A proposta, de Eunício Oliveira (PMDB-CE), altera o Código de Trânsito Brasileiro (CTB - Lei 9.503/97), que prevê o investimento de recursos provenientes de cobrança por infrações de trânsito exclusivamente em sinalização, engenharia de tráfego, policiamento, fiscalização e educação da população.

– Ou seja, aquilo que é arrecadado com as infrações de trânsito deve ser usado para evitar que essas infrações se repitam e para que todos tenhamos melhores condições de

mobilidade – afirmou o relator do PLS 486/11, Eduardo Braga (PMDB-AM).

Ele explica que o código, no entanto, não obriga os órgãos arrecadadores a dar publicidade quanto à gestão administrativa desses recursos, que hoje atingem “valores extremamente significativos”. Para o relator, o projeto vai aprimorar o Código de Trânsito Brasileiro (CTB), assegurando “o direito da coletividade de dispor de informações” sobre as multas arrecadadas.

Na mesma reunião, foi concedida vista da proposta que altera a Constituição federal para institucionalizar o Sistema Nacional de Defesa Civil (PEC 10/11). De autoria do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), a matéria recebeu, na comissão, voto favorável do relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC).

Pedido de vista adia votação de proposta que prorroga a DRU

Decisão sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 87/11, que prorroga até 2015 a Desvinculação das Receitas da União (DRU), foi adiada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), devido a pedido de vista apresentado por senadores da oposição. A DRU vence em 31 de dezembro.

Já prorrogada por duas vezes desde sua criação, em 2000, a DRU incide sobre 20% da

arrecadação de impostos e contribuições, dando mais liberdade ao governo para distribuir recursos entre programas que julgar prioritários.

O relator, Renan Calheiros (PMDB-AL), apresentou voto pela aprovação da matéria. Ele argumenta que a não prorrogação afetaria o Bolsa Família e a Previdência Social, além de comprometer a meta de superávit primário.



José Cruz/Senado Federal

Senador Vital do Rêgo (C) preside reunião da CMO, ao lado do senador Acir Gurgacz (E) e do deputado Gilmar Machado (de pé)

Créditos adicionais serão votados pelo Congresso

Seis projetos de lei que preveem créditos adicionais a diversas áreas serão votados em sessão conjunta da Câmara e do Senado. As propostas foram aprovadas na CMO e seriam examinadas hoje pelo Congresso, mas a sessão foi adiada.

O PLN 11/11 prevê R\$ 135,7 milhões para os ministérios da Ciência e Tecnologia; Educação; e Cultura. Já o substitutivo ao PLN 16/11 altera o Plano Plurianual

2008-2011 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2011.

O PLN 20/11 abre crédito de R\$ 593,7 milhões para ações do Ministério da Saúde, enquanto o PLN 21/11 destina R\$ 10,9 milhões ao Ministério da Ciência e Tecnologia para implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais.

A Justiça Eleitoral do Pará poderá receber R\$ 8 milhões

(PLN 22/11) e mais R\$ 2,4 milhões (PLN 25/11) para atender a despesas do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) paraense com a realização do plebiscito, previsto para dezembro, sobre a criação de dois novos estados: Carajás e Tapajós.

O PLN 25/11 também destina R\$ 18,4 milhões ao Ministério da Defesa. Os recursos serão usados em despesas médicas e odontológicas dos servidores.

Delcídio pede programa de desenvolvimento para regiões de fronteira

O governo deveria promover uma versão do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinada ao desenvolvimento econômico e social das regiões fronteiriças. A recomendação foi feita por Delcídio do Amaral (PT-MS), durante audiência sobre as questões indígena e fundiária promovida pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à CRE.

Para o senador, é preciso estimular a vocação econômica de cada região fronteiriça, “criando perspectivas para quem lá vive, para que as pessoas não sejam capturadas pelo crime organizado”.

– Vivemos de ações

espasmódicas, sem um projeto integrado de desenvolvimento. – advertiu.

O diretor do Departamento de América do Sul do Ministério das Relações Exteriores, João Luiz Pereira Pinto, admitiu que existe uma “falta de comunicação” entre os diversos órgãos do

governo que tratam de temas ligados à região de fronteira. Observou ainda que ministros dos países do Tratado de Cooperação Amazônica se reunirão em Manaus para abordar temas de integração em novembro.

O representante do Instituto Nacional de Colonização e

Reforma Agrária (Incra) Márcio Berbigier fez um relato dos esforços do governo para oficializar a posse de terra nas regiões de fronteira, onde há 1.048 projetos de assentamento. Já o representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) Carlos Travassos ressaltou a importância

do monitoramento de terras indígenas em região de fronteira, trabalho que municia o governo de informações.

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu a criação de linhas aéreas regulares entre as cidades amazônicas brasileiras e capitais de países vizinhos. Ana Amélia (PP-
RS) chamou a região

fronteiriça de “verdadeiro queijo suíço, cheio de buracos”. Cristovam Buarque (PDT-DF) lembrou problemas como o tráfico de armas, drogas e pessoas, e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) defendeu a limitação da compra de terras por estrangeiros nas regiões de fronteira.



Gerardo Magalhães/Senado Federal

Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira debate questões indígenas e fundiárias nessas regiões

Proposta aprovada na Comissão de Assuntos Sociais prevê dedução do IR para empresas com pelo menos 30% de funcionários entre 60 e 69 anos

Comissão aprova incentivo a emprego para maiores de 60

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem projeto de lei que dá incentivos econômicos às empresas que tiverem funcionários entre 60 e 69 anos de idade. A proposta, de Alvaro Dias (PSDB-PR), havia sido aprovada no último dia 5 na forma de substitutivo, o que exigiu o turno suplementar de votação.

De acordo com o projeto (PLS 461/03), as empresas que tiverem pelo menos 30% de seus funcionários com idade entre 60 e 69 anos poderão deduzir, do Imposto de Renda, até 25% do montante de salários e encargos previdenciários pagos aos empregados.

A proposta original previa a concessão de subvenção econômica de até R\$ 50 milhões por ano às empresas que tivessem em seus quadros pelo menos 30% de pessoas entre 40 e 55

anos. Em seu relatório, Cyro Miranda (PSDB-GO), aumentou a faixa etária e substituiu a concessão de subvenção pelo incentivo fiscal.

A matéria aprovada na CAS prevê que as deduções não podem ultrapassar 15% do lucro real. Além disso, estabelece que o percentual de 25% será calculado sobre o valor dos salários inferiores ao limite máximo para os benefícios do Regime Geral da Previdência Social, atualmente R\$ 3.691,74.

Segundo o relator, a proposta poderá contribuir para modificar o comportamento tradicional dos empresários, que preferem contratar jovens com remuneração mais baixa.

– Essa manutenção do vínculo empregatício e novas oportunidades de trabalho são particularmente importantes para os trabalhadores com idade

superior a 40 anos. Não são raros os casos daqueles que, após demissão involuntária, chegam a desistir de procurar um novo emprego, passando a viver de subempregos e biscates.

Previdência

A comissão também aprovou, em turno suplementar, substitutivo elaborado por Eduardo Braga (PMDB-AM) consolidando três proposições que tratam da inclusão previdenciária dos trabalhadores de baixa renda e daqueles que, sem renda própria, se dedicam exclusivamente ao trabalho doméstico.

O relator optou por recomendar a aprovação do PLS 253/05, de Paulo Paim (PT-RS), com rejeição dos PLSs 67/07, de Inácio Arruda (PCdoB-CE), e 132/10, de Pedro Simon (PMDB-RS). Agora, o substitutivo segue para a Câmara.



Objetivo de Jayme Campos é ampliar acesso às ações que preveem a doença

Doações para combate ao câncer podem ser abatidas do IR

Quem doar recursos a entidades que prestam assistência a pessoas com câncer poderá abater do Imposto de Renda até 100% do valor, observado o limite máximo de 10% da renda bruta anual. É o que prevê proposta aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que agora será transformada em projeto de lei.

O texto foi sugerido pelo presidente da CAS, Jayme Campos (DEM-MT). O objetivo é captar recursos para a saúde, ampliando o acesso da população às ações de prevenção e tratamento do câncer. As doações podem ser feitas também na forma de bens e por pessoas jurídicas, com regras que podem assegurar o desconto do Imposto de Renda. O projeto foi finalizado depois de uma série de audiências na CAS sobre o câncer e a qualidade da assistência no país.

– Estamos correspondendo,

na medida do possível, às expectativas das entidades, no sentido de estimular as doações e fazer com que os serviços de tratamento possam liberar-se da excessiva dependência que hoje têm do poder público – disse Jayme Campos.

Waldemir Moka (PMDB-MS) lamentou que o país ainda não tenha uma legislação no formato que está sendo sugerido. Paulo Paim (PT-RS) destacou que este é o mês do Outubro Rosa, campanha internacional para chamar a atenção para a prevenção e o diagnóstico precoce do câncer de mama.

– Projetos como esse me animam a acreditar no Parlamento – afirmou Paim.

Segundo a Federação das Instituições Filantrópicas de Apoio à Saúde da Mama, 500 mil novos casos de câncer surgem a cada ano, o que resulta em 12 mil óbitos anuais na população feminina brasileira.

Isenção tributária para reduzir preço de protetores solares

Protetores solares nacionais e importados poderão ter seus preços reduzidos, em razão de isenção tributária. Projeto de lei de Kátia Abreu (DEM-TO) com esse objetivo foi aprovado ontem na CAS.

A proposta (PLS 205/10) visa isentar a cobrança das contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), além da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Ao justificar o projeto, a parlamentar ressaltou que a

medida poderá reduzir em até 10% o preço de venda dos protetores, facilitando o acesso ao produto e, assim, contribuindo para reduzir a incidência de câncer de pele.

A proposta também estabelece que o Poder Executivo estime o montante da renúncia fiscal decorrente da medida. A autora garantiu que tal renúncia será compensada pela redução dos gastos públicos com o tratamento desse tipo de câncer. A matéria ainda será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos antes de ser encaminhada à Câmara.



Pela proposta, empresas que tiverem pelo menos 30% dos funcionários com idade entre 60 e 69 anos podem ter deduções

Projeto visa solucionar controvérsia sobre adicionais

A controvérsia jurídica sobre o pagamento de adicional de insalubridade e de periculosidade poderá acabar. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou, ontem, projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que regula a aplicação do adicional de insalubridade e de periculosidade.

Sem uma legislação que definisse a questão, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) editou a Súmula 293, em 2003, para regular a aplicação do adicional de insalubridade. Porém, não se pronunciou quanto ao de periculosidade.

Ao defender a proposta (PLS 163/10), o senador argumenta que esses adicionais se destinam a compensar o trabalho realizado em condições adversas. Assim, o trabalhador exposto a agentes nocivos à saúde deve receber adicional de insalubridade e o que exerce atividade que coloque sua vida em risco tem direito ao adicional de periculosidade.

Para regular o assunto, o projeto de Simon altera

a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT – Decreto-Lei 5.452/43). A proposta deixa claro na legislação que a ação judicial de pagamento de adicional de insalubridade ou periculosidade não será prejudicada pelo fato de o autor da reclamação trabalhista – seja o trabalhador, seja o sindicato da categoria – apontar fator de risco diverso do detectado pela perícia designada pela Justiça.

Divergência

A súmula do TST já estabelece que eventual divergência entre o fator de risco invocado pelo autor da ação e o constatado pela perícia judicial não inviabiliza o pedido de adicional de insalubridade. Com a aprovação do projeto de lei, essa norma é estendida ao adicional de periculosidade.

A matéria foi aprovada em turno suplementar por ter sido aprovada na forma de substitutivo. Se não houver recurso para votação em Plenário, segue direto para a Câmara dos Deputados.

Atividade de pai social é aprovada para casas-lares

Homens poderão passar a cuidar de crianças e adolescentes em situação de abandono ou de risco social abrigadas em casas-lares. Esse projeto foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), em decisão terminativa.

O substitutivo elaborado por Cícero Lucena (PSDB-PB) a partir do projeto (PLC 98/09) do deputado Nelson Pellegrino (PT-BA) cria e regulamenta a atividade de pai social. O texto exige que o interessado tenha no mínimo 25 anos, sanidade física e mental, ensino fundamental completo e boa conduta social. Além disso, exige aprovação em treinamento específico para a função, com duração de 60 dias, bem como em teste psicológico.

O pai social deverá se dedicar, exclusivamente, aos cuidados com crianças e adolescentes e à casa-lar, onde deverá residir.

Se não houver recurso para votação em Plenário, a matéria volta para reexame da Câmara dos Deputados, já que foi alterada no Senado.

Paulo Davim faz homenagem aos médicos

Paulo Davim (PV-RN) prestou homenagem, na terça-feira, aos médicos do Brasil, pela passagem do dia dedicado a esses profissionais.

O senador, que é médico, chamou a atenção para os hospitais públicos de urgência, o subfinanciamento do sistema e os problemas de gestão do serviço público de saúde.



Para senador, problemas da saúde pública dificultam boa prática médica

– Isso tem trazido problemas incomensuráveis para a boa prática médica e para o atendimento da demanda com qualidade e presteza.